

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2015 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2015

1 - OBJETO

1.1 - Registro de preços para futuras e eventuais contratações de empresas com o ramo de atividade materiais de consumo, **COMBUSTÍVEIS, Gasolina Comum,** para abastecimento dos veículos de propriedade da Câmara em viagem oficiaisdos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Iturama, Estado de Minas Gerais, conforme e quantidades discriminadas no Anexo II Formulário Padrão de Proposta e Termo de Referência deste Edital.

2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A aquisição é indispensável para abastecimento dos veículos de propriedade da Câmara em viagem oficiais dos vereadores e servidores desta Casa, conforme levantamento da demanda dossetores de Transporte e Material.

3 - AVALIAÇÃO DE CUSTOS

- 3.1- Conforme exigência legal, Setor de Material realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos, junto a empresas do ramo, conforme mapa de apuração, apurando as seguintes médias aritméticas:
- 3.2 Valor médio estimado: R\$ 35.100,00 (trinta cinco mil e cem reais).

4 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1 - O critério de julgamento será o de menor valor global, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5 - DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

05.1 - desembolso se fará mediante a rubrica da dotação orçamentária: 01.01.02 - 01.031.000.1.2.0002 - 3.3.90.30.00 - Materiais de Consumo, ocorrendo adequação orçamentária e financeira com o orçamento aprovado para o Órgão.



ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6 - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 6.1 A contratada obriga-se a:
- 6.1.1 cumprir os prazos previstos ou outros que venham a ser fixados pela Câmara;
- 6.1.2 observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos produtos, preservando o CÂMARA de qualquer demanda ou reivindicação que seja de responsabilidade da contratada.

7 - PRAZO DE EXECUÇÃO

7.1 - A ARP terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

8 - FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

- 8.1 Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal no 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto, serão realizados pelo Setor deTransporte e Material da Câmara Municipal de Iturama/MG.
- 8.3 Setor de Material da Câmara Municipal de Iturama/MGatestará, no documento fiscal correspondente, a entrega dos materiais nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à contratada.

9 - FORMA DE PAGAMENTO

- 9.1 O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pelo Setor de Finanças da Câmara, após a comprovação da entrega do objeto licitado nas condições exigidas, pelo Setor de Almoxarifado e apresentação dos documentos fiscais devidos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
- 9.2 A nota fiscal deverá ser emitida pela adjudicatária em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.
- 9.3 A Câmara identificando qualquer divergência na nota fiscal deverá devolvê-la à adjudicatária para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da



ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

- 9.4 O pagamento devido pela Câmara será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela adjudicatária ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.
- 9.5 O pagamento não será efetuado, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito à alteração de preços, correção monetária, compensação financeira.
- 9.6 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a adjudicatária dará a Câmara plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

10 - MULTAS

- 10.1 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento do objeto contratado.
- 10.1.1 -0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30o (trigésimo) dia, calculado sobre o valor da Ata de Registro de Preço, por ocorrência.
- 10.1.2 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preço, na hipótese da contratada, injustificadamente, desistir do objeto ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Câmara, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
- 10.2 O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Câmara.
- 10.3 As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.



ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11 - PAGAMENTO DE MULTAS E PENALIDADES

- 11.1 Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela Câmara à contratada, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Edital como de responsabilidade da CONTRATADA e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela Câmara.
- 11.2 As multas e penalidades previstas neste Edital não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a contratada da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados a Câmara Municipal de Iturama por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

José Mauro de Freitas
Pregoeiro